



O PERCURSO HISTÓRICO DO RACISMO

Autor(a): Louise Jar Pereira de Araújo Caldas

Prefeitura Municipal de Natal e-mail: luli_jar@hotmail.com

O racismo surge na Cultura Ocidental, ligado a certas concepções sobre a Natureza Humana que justificaram a discriminação dos seres humanos, tendo em vista a sua exploração.

Até ao fim da Idade Média (século XV), a discriminação era feita com base em dois tipos de argumentos: os baseados na cultura e os apoiados na condição social.

Os Gregos apoiaram-se, sobretudo, o primeiro tipo de argumentos. Sentiam-se superiores em relação aos outros povos porque se achavam mais cultos. Durante o Império Romano e na Idade Média, preponderam as discriminações baseadas na condição social. Os nobres na Idade Média, por exemplo, eram reconhecidos como superiores em relação aos outros grupos sociais, porque gozavam de certos privilégios que haviam herdado ou lhes fora atribuído por um Rei. Estes e outros privilégios estabeleciam uma hierarquia entre os seres humanos, fazendo com que uns fossem reconhecidos como superiores aos outros.

Hoje está muito difundida a ligação entre racismo e escravatura, de tal forma que tendemos a pensar que o racismo acabou por gerar a escravatura, que não corresponde à verdade. Até ao século XVII, tanto um branco como um negro podiam ser vendidos como escravos. Na Antiguidade Clássica houve grandes debates sobre a Escravatura, nomeadamente se escravos eram nos por natureza (tese racista) ou por condição social. No primeiro caso partia-se do princípio que tinham uma natureza diferente dos outros



seres humanos; no segundo caso, a sua natureza era idêntica, mas o que mudava era apenas a sua condição social, devido às causas mais diversas (guerras, dívidas, raptos, etc).

Na antiga Grécia, filósofos como Platão e Aristóteles (séc. IV e III a.c.), procuraram fundamentar a escravatura em aspectos particulares da natureza humana dos escravos. A sua argumentação racista que estava contudo longe de ser aceite. A escravatura era em geral entendida como um ato de violência do mais forte sobre o mais fraco. Esta era a concepção que predominou entre os romanos.

Uns, por nascimento, pertenciam aos grupos dos poderosos, ou se haviam imposto pela força. Outros, por nascimento ou pelas circunstâncias haviam-se tornado escravos de outros (pela guerra, por exemplo).

Apesar desta consciência que a escravatura se fundava na violência, nem por isso deixava de ser aceite e defendido.

A Bíblia, o livro de judeus e cristãos, não a condena a escravatura. Quando ao racismo, as posições são mais equivocadas. O Cristianismo, por exemplo, defendia inicialmente que todos os homens eram filhos de um mesmo Deus não se distinguindo quando à sua natureza, mas sim quando à sua condição social.

Maomé, o profeta do Islamismo, não condenou a escravatura, possuindo e comercializando inclusive escravos. Fato que tendeu a favorecer a aceitação da escravatura entre os muçulmanos. Em todo o caso estes não reconhecem distinções raciais, mas apenas religiosas.

Em resumo, podemos dizer que até ao fim da Idade Média, admitia-se que todos os homens podiam ser livres ou escravos, não estando esta condição inscrita na sua



natureza. As discriminações eram justificadas por diferenças culturais, e, sobretudo por diferentes condições sociais entre os indivíduos. Até ao século XIX continua a achar-se NATURAL uns nascessem destinados a trabalhar (pela sua condição social) e outros a viverem à sua custa.

As primeiras concepções racistas modernas surgem na Espanha, em meados do século XV, em torno da questão dos judeus e dos muçulmanos. Até então os teólogos católicos limitavam-se aqui a exigir a conversão ao cristianismo dos crentes destas religiões para que pudessem ser tolerados. Contudo, rapidamente colocam a questão da "limpieza de sangre" (limpeza de sangue). Não basta convertê-los, "limpando-lhes a alma", era necessário limpar-lhes também o sangue. Só que acabam por chegar à conclusão que este uma vez infectado por uma destas religiões, permaneceria impuro para sempre. A religião determina a raça e vice-versa. No século XVI esta concepção é estendida aos índios e negros.

Com base na ideia da superioridade ariana, se desenvolveu na Alemanha, as teorias racistas onde Adolfo Hitler foi principal executor e que levaram ao extermínio e a escravização das raças que considerava "inferiores" (judeus, árabes, negros, ciganos, etc) e outros seres humanos considerados degenerados (homossexuais, deficientes, etc).

Quando, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel declarou extinta a escravidão dos negros no território brasileiro, mulheres e homens escravos deixavam de ser tratados como objetos para serem vistos como gente de carne, osso, alma e liberdade.

Porém, a Lei Áurea fez apenas a primeira parte da lição de cidadania. Ao mesmo tempo em que revogou a iniquidade de 350 anos de escravidão, não moveu uma palha sequer para incluir os ex-escravos na economia assalariada, não mexeu um dedo para incluir filhas e filhos de ex-escravos na educação e nos demais sistemas.



Para amenizar tamanha omissão foi criado - e longamente acalentado - o mito da democracia racial: “No Brasil, não temos preconceito de cor. Isto é coisa dos norte-americanos e dos sul-africanos. Aqui somos todos iguais”. Mas isso ficou apenas na teoria.

Talvez sejamos, negros e brancos, iguais na hora de torcer pela seleção brasileira de futebol. Nos demais departamentos da vida nacional, somos bem desiguais. As vantagens e os privilégios das pessoas brancas saltam aos números: são maioria nas melhores escolas e universidades, nos melhores hospitais, nas melhores casas. Maioria nos aeroportos, nos restaurantes, nos cinemas, nos Três Poderes da República.

Esta desigualdade não depende de um ponto de vista, ou de uma interpretação. Ela vem expressa em pesquisas e estatísticas. Os indicadores sociais mostram que os brasileiros negros, 48% da nossa população, estão na base da pirâmide socioeconômica: piores empregos, piores índices de saúde, piores resultados econômicos, ausência no poder político, acesso vedado a bens sofisticados, entre outras desvantagens.

Já passa da hora a necessidade de agirmos contra o racismo à brasileira. Este que se esconde debaixo do tapete, se disfarça sob mil máscaras e nunca diz o próprio nome. O racismo enrustido que enaltece a negritude no samba, na culinária, na capoeira, no futebol. Mas não suporta imaginar negros nos cargos de mando, ocupando altos postos, ou seja, nos lugares de poder empresarial, social, político e econômico.

Há mais de um século da Abolição da Escravatura, chegou o tempo de trocar velhos discursos por ações concretas. As chamadas Políticas Públicas têm como princípio dar tratamento diferente para grupos historicamente discriminados. Essas Políticas significam, também, a intervenção do Estado para minimizar e diminuir as desvantagens que a sociedade civil, por iniciativa própria, não foi capaz de dirimir ou de erradicar.



Por exemplo, cotas para negros e indígenas nas universidades é um tipo, entre outros. A ideia defendida, pelo Movimento Negro e por uma parcela expressiva da população, é de que o acesso dos negros e indígenas ao ensino superior pode funcionar como uma alavanca para tirá-los dos tradicionais papéis secundários – trabalhos e funções economicamente desvalorizados – e incentivá-los a assumir papéis decisórios na sociedade.

Além do efeito multiplicador: mais médicos, engenheiros, arquitetos, pilotos, jornalistas, nutricionistas, publicitários, advogados, filósofos, sociólogos negros e negras, além de enriquecer com o capital da diversidade esses campos do conhecimento, servirão de estímulos reais para crianças e adolescentes negros.

A ideia de implementar cotas e outras políticas públicas direcionadas, também encontra seus opositores. Há quem diga que falar de raças acabaria criando ou reforçando o racismo no seio da sociedade brasileira. Mas como pode ser criado ou reforçado o que já existe? Seria igual a afirmar ser o remédio o causador de uma doença já existente.

Nenhum brasileiro, branco ou negro, em sã consciência, pode afirmar que as oportunidades, do pós-abolição até hoje, se dividiram de uma forma equilibrada entre a população negra e branca. Também sabemos que não existe a raça no sentido estrito da palavra. Quando pensamos em pessoas, a única raça que existe é a humana. Quem criou o conceito de raça foi o racismo, sempre pressupondo superioridade de um grupo sobre o outro. Sempre defendendo os privilégios de um grupo sobre o outro e assim tem sido.

Portanto, o termo raça é usado por uma necessidade política. Se um dia cessarem as desigualdades, falar em raça perderá o sentido. Até lá, a utilização da palavra ajuda a enxergar discriminações e desvantagens impingidas às pessoas negras e indígenas.



Explicitar a existência do racismo e de racistas parece ser o grande tabu da sociedade brasileira. Felizmente, ele começa a ser quebrado. Melhor viver com uma realidade amarga e buscar caminhos para transformá-la, do que conviver com uma fantasia de igualdade que nos condena à injustiça sem fim.

Há racismo em todos os lugares; no entanto, o dos nossos compatriotas não gera consequências sociais, pois o ódio racial não seria um componente da identidade brasileira, senão não seríamos um país miscigenado da forma como fomos constituídos.

Isso permitiria concluir, por exemplo, que há países em que o ódio racial seria um componente de sua identidade nacional. Ora, o ódio racial não é componente da identidade nacional de povo nenhum. Racismo é apenas e somente um instrumento de promoção de privilégios e exclusões com base em supostas superioridade, inferioridade ou simples preferência racial; uma ideologia passível de ser encampada em qualquer tempo, lugar e conjuntura em que se pretenda estabelecer e legitimar poderes e privilégios de um grupo humano sobre outro. É só e sempre disso que se trata e o que ele sempre produz é somente isso, hegemonia para um grupo e subalternidade quando não também extermínio para outro. E a manifestação violenta do conflito racial é apenas uma de suas possibilidades; há outras mais sutis e, sob certos aspectos, mais eficientes, em que as suas vítimas ficam impedidas inclusive de mobilizar a identidade racial em sua autodefesa.

A utilização da miscigenação como suposta prova de ausência de racismo e discriminação racial faz supor que em países em que se praticou racismo legal ou que viveram conflitos raciais explícitos, a miscigenação tenha sido um fenômeno ausente ou irrelevante. Uma inverdade. Basta caminhar por cidades americanas ou alemãs para verificar a quantidade de negros de pele clara, que aqui seriam classificados ou se autodeclarariam brancos, pardos ou mestiços e que lá são simplesmente afro-alemães ou



afro-americanos, ou seja, negros. O problema não está, portanto na miscigenação e sim na classificação racial ou de cor que se adota. Aqui, um tom mais claro em relação à negritude é saudada como a porta redentora do embranquecimento ou da indeterminação racial pela qual se decreta que temos que renunciar a nossas cores e racialidades, sob pena de estarmos nos insurgindo contra o que há de melhor em nossa identidade nacional, a ausência das nossas cores e das nossas raças sociais. Dessa perspectiva, a sua tentativa de decretar a morte das cores e da racialidade é a de negar o direito a uma identidade que é forjada nas cores dos nossos corpos que se tornam estigmas ou fontes de privilégios a partir dos quais se realizam as exclusões e as preferências. É essa dupla negação que é imposta, a do reconhecimento da identidade e do tratamento diferenciado que ela recebe na vida sócia. Dizia-se nas dores do pós-colonialismo, que só quem pertence à raça dominante tem o direito (e a arrogância) de dizer que a raça não existe ou que a identidade étnica é uma invenção. O máximo de consciência possível dessa democracia hipócrita é diluir a discriminação racial na discriminação social.

Num país miscigenado, em que a cor da população seria algo indeterminado entre o branco e o preto, encontra-se na programação da TV Globo, e em especial em suas novelas, uma das maiores densidades de olhos, peles e cabelos claros por metro quadrado do mundo. Como “não somos racistas”, essa presença quase escandinava se deveria, segundo mais um dos apologismos, a um mérito que “a República tem tido nesse pouco mais de um século que está em vigor: não olha a cor quando examina o talento. Disso se conclui que a presença minoritária dos negros e os personagens irrelevantes ou caricatos que, em geral, desempenham é o que corresponde aos seus “talentos”!

Refletir sobre a afirmação de enquanto o negro não pode contar sua história é sobre a égide do branco que se reproduz, não se remete apenas àquela lecionada na



escola. Para além dela, também engloba a transmitida culturalmente. Não que pretendo ser maniqueísta nessa sentença, entretanto existem muitos ingredientes para desacreditar na hipótese que a omissão e o desprezo à tradição negra sejam apenas pequenos equívocos, lapsos de memórias.

O racismo impregna a trama social que, além de acarretar as distâncias sociais entre negros e brancos, tem provocado à percepção de que esse fosso é natural, portanto, a-histórico. Nos pequenos atos cotidianos, reproduzimos frases, práticas sociais, emissão de sentenças, de modo quase indiferente, que na verdade são clivados por valores morais construídos socialmente, portanto aprendidos.

Nascemos brancos, negros, indígenas e etc., biologicamente a cor não pode ser mudada, mesmo com os avanços tecnológicos na área da estética e beleza ainda são incapazes de alterar carga genética.

Entretanto, desde a tenra idade as socializações promovidas pelas diversas Instituições sociais como escola e família, ensinam sutilmente quais são as parcelas da sociedade que são marginalizadas e as posições que ocupamos na estrutura social. A reprodução social apresenta um padrão de exaltação ao homem branco, como portador da modernidade e protagonista, enquanto o homem negro é arcaico e coadjuvante.

E dentro da subalternização há um emaranhado de vetores, que não só incorporam a questão de Raça como mesclam outros fatores de desigualdade que se opera contra o corpo dos indivíduos, como as mulheres. As questões de Gênero e Raça apresentam muitas similaridades, nascemos naturalmente homens ou mulheres, mas no decorrer da formação das sociedades, principalmente a industrial, acabaram por gerar a dominação do homem sobre a mulher.

É interessante observar que, apesar das inúmeras conquistas nas últimas décadas



das mulheres, a realidade social das negras ainda é diferente das demais. Enquanto, a competitividade no mercado de trabalho, o conflito entre a necessidade de dedicação profissional e o tempo para constituir e cuidar da família são os temas de algumas mulheres brancas que pertence à classe média, o ingresso no mercado ainda é um desafio para as mulheres negras, exceção para as funções sem qualquer qualificação.

Assim, como a violência doméstica contra as negras merece destaque, mesmo com a promulgação da Lei Maria da Penha (lei número 11.340/2006), recentemente, que endurece a pena daqueles que cometem a violência contra a mulher, o fato é que as negras ainda se constituem as principais vítimas, tanto dos seus companheiros, que se utiliza do machismo, dependência química e financeira para agredir fisicamente e psicologicamente. Da sociedade que se negligência dos aspetos de âmbito privado, principalmente das negras e pobres que são rotuladas como sem-vergonhas, que gostam de apanhar.

E finalmente do poder público, por às vezes expor às atendidas vexatoriamente, como nos casos de violência sexual. Eu já ouvi relato de uma pessoa que ao tentar registrar queixa teve de ouvir do policial que o marido dela como provedor da casa estava no gozo de seus direitos e era para ela ter vergonha de prejudicar deliberadamente um pai de família.

Apesar da violência doméstica não só se apresentar em uma camada social específica, no caso das mulheres negras, além da necessidade de superar a dependência afetiva, implica nas dificuldades de sustentabilidade para si e seus filhos e ainda ter que encarar a tradição que banaliza essa situação.

Dentro desse grosso caldo cultural brasileiro, perdemos de vista a referência positiva da mulher negra na história, as personalidades femininas dos séculos passados muitos se limitam as pertencentes às religiões afro-brasileiras ou que impulsionaram o



carnaval. Todavia, no mote atual apresentam tímidas ascensões em algumas áreas, como esporte e entretenimento, a maioria ainda engrossam os índices de pesquisas sobre pobreza, violência intrafamiliar e mortalidade materno-infantil.

Em suma, nada é isolado, a cultura e a história sobre designações errôneas contribuem para a construção de um quadro depreciativo sobre a questão de Gênero e Raça. Os afro-brasileiros que sofreram a escravidão no Brasil lembravam laconicamente das histórias de suas terras, das tribos, dos heróis, o sincronismo e religiosidade propagavam suas raízes e impulsionavam a luta contra a opressão em prol da liberdade. E hoje à falta de otimismo e a distorção da história sobre o negro, fomenta a descrença de um futuro melhor. E dentre uma das estratégias para superar esse quadro imposto, aponto na transversalidade das ações, para abranger desde os pequenos atos cotidianos a estrutura, aliando os movimentos sociais, Organizações Não-governamentais, governos, sociedade civil, imprensa, comunidade acadêmica e entre outros. E principalmente identificar nas representações simbólicas partilhadas socialmente, presente desde os materiais didáticos escolares e até nas relações sociais em geral, que contribuem para legitimar uma raça sobre outro(s), um gênero sobre o outro.

Uma das características das práticas de discriminação indireta vigentes no Brasil é que ela costuma aparecer de maneira dissimulada, sendo por vezes de difícil identificação mesmo para aqueles que sofrem na pele os seus efeitos. Além da discriminação ser uma prática ilegal, com penalidades previstas em lei, também é sancionada negativamente no plano moral, e não é de bom tom demonstrar preconceito. Desse modo, mesmo quando não se trata de esconder intencionalmente o preconceito, ele se manifesta frequentemente de maneira irrefletida e a falta de consciência do ator sobre suas atitudes preconceituosas eventualmente esboçadas não é de todo surpreendente. O preconceito implícito ou irrefletido conjugados com práticas de discriminação racial indireta como esta são corriqueiros entre nós, e não permitem negar



a existência de discriminação. Entretanto, eles revelam também a singularidade deste tipo de discriminação e suas implicações para a compreensão do problema no Brasil.

Além do caráter nebuloso do preconceito e da discriminação, estes não perdem a sua singularidade mesmo quando são assumidamente afirmados pelos atores. De fato, não é novidade nem causa surpresa quando cor e classe social estão imbricados em manifestações de preconceito ou discriminação.

REFERÊNCIAS:

ABRÃO, Bernadete Siqueira (org.). História da Filosofia. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHAMPION, Craige. In: ISAAC, Benjamim. Resenha do livro The Invention of Racism in Classical Antiquity. Princeton: University Press, 2004.

CROUZET, Maurice (dir.). História Geral das Civilizações: o Oriente e a Grécia Antiga - o homem no Oriente próximo. (Vol. II, 2ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004



LIMA, Heloísa Pires. *A semente que veio da África*. Editora Salamandra, 2005.